

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.936 - DF
(2019/0100127-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : CARLOS HUMBERTO PEREIRA MONTENEGRO
ADVOGADOS : THIAGO MACHADO DE CARVALHO - DF026973
DIOGO DE MYRON CARDOSO PONZI - DF040262
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

O requerente, por meio da petição de fls. 2.515-2.516 requer a aplicação da "recentíssima decisão do eg. Supremo Tribunal Federal (ADC 43, 44 e 54)" (fl. 2.515).

O réu respondeu em liberdade a ação penal. Depois da confirmação de sua condenação pelo Tribunal de Justiça, houve determinação de início do resgate das penas. **No bojo da TP n. 1.667/DF e nestes autos,** manteve a imediata execução penal.

À época, existia **tese de repercussão geral** fixada pelo Supremo Tribunal Federal na análise do ARE n. 964.246/SP (julgado em 11/11/2016), de que era possível a execução do acórdão de segundo grau antes do trânsito em julgado da condenação, na pendência de recursos especial e extraordinário. O entendimento era **aplicável a todos os processos em curso.**

Entretanto, no dia 7/11/2019, **o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento das ADC's 43, 44 e 54,** por maioria de votos (6 X 5), decidiu que é constitucional a regra que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena. **O art. 283 do CPP** está em conformidade com a garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

A decisão proferida em ação declaratória tem eficácia contra todos e efeito vinculante. Desde 7/11/2019, no estado de coisas atual, o réu que respondeu solto a ação penal não pode ser preso para dar início à execução antes do esgotamento de todos os recursos.

Entretanto, **permanece a possibilidade de prisão ante**

tempus, por ato judicial motivado, mediante indicação concreta de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Dito isso, observo que o Juiz que fiscaliza o resgate da pena é o competente para, em primeiro lugar, aplicar à execução em curso a sentença de constitucionalidade favorável ao condenado.

Consoante decidido no **RE n. 730.462/SP** (Rel. Ministro **Teori Zavascki**, Tribunal Pleno, Dje 8/9/2015): "A sentença do Supremo Tribunal Federal que afirma a constitucionalidade [...] de preceito normativo gera, no plano do ordenamento jurídico, a consequência (= eficácia normativa) de manter [...] a referida norma do sistema de direito". Ainda: "dessa sentença decorre também o efeito vinculante, consistente em atribuir ao julgado uma qualificada força impositiva e obrigatória em relação a supervenientes atos administrativos ou judiciais (= eficácia executiva ou instrumental)".

Entretanto, "a **eficácia executiva**, por decorrer da sentença (e não da vigência da norma examinada), **tem como termo inicial a data da publicação do acórdão do Supremo no Diário Oficial** (art. 28 da Lei 9.868/1999). É, conseqüentemente, eficácia que atinge atos administrativos e decisões judiciais supervenientes a essa publicação, não os pretéritos, ainda que formados com suporte em norma posteriormente declarada inconstitucional".

Assim: "Afirma-se, portanto, como tese de repercussão geral que **a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade** [...] de preceito normativo **não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores** que tenham adotado entendimento diferente; para que tal ocorra, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria"; "**Ressalva-se desse entendimento**, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, **a questão relacionada à execução de efeitos futuros** da sentença proferida **em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado**".

In casu, a execução penal está em curso. Compete **ao Juiz das Execuções aplicar ao caso concreto a sentença do Supremo Tribunal Federal que, em controle concentrado, declarou a constitucionalidade do art. 283 do CPP**. Aplica-se, *mutatis mutandis*, o

art. 66, I, da LEP, pois a nova jurisprudência favorece o condenado.

A providência é recomendável, pois esta Corte não possui os dados sobre a execução penal nem conhece a atual situação do paciente. Além disso, permitirá a imediata expedição de alvará de soltura, sem necessidade de comunicação entre os tribunais, além de registro imediato da ocorrência na guia penal.

À vista do exposto, defiro o pedido, em menor extensão, a fim de determinar que o Juiz das Execuções dê cumprimento à sentença de constitucionalidade proferida nas ADC's 43, 44 e 54.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator